

memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano X - nº 29 - dezembro de 2020

memoriacult.com.br



 **O Tempo de Felipe dos Santos**
por Bruno Terra Dias

 **Os 300 anos da Capitania de Minas Gerais**
por Mauro Werkema

 **Entrevista:**
Toninho Horta

Fim de 2020, ano que praticamente não existiu.

Corona vírus, o grande vilão que irá trazer o ano para 2021 enquanto milhares de brasileiros sucumbem à sua letalidade, matando milhões mundo afora.

No cenário acima, conseguimos chegar ao número 29 desta memória CULT!

Na capa, a prisão de Cláudio Manoel da Costa, no saguão térreo da Casa do Contratador João Rodrigues de Macedo, sendo levado para a prisão nobre que marcou indelevelmente a história da futura “Casa dos Contos de Ouro Preto”, palacete repleto de história...

Toninho Horta, o singular artista mineiro é entrevistado desta edição. A entrevista precede ao Grammy Latino 2020, vencido por Toninho e a Orquestra Fantasma, com o álbum ‘Belo Horizonte’. Não poderíamos deixar de registrar e exaltar este impressionante triunfo desses ilustres mineiros.

O desembargador Bruno Terra Dias descreve o ambiente temporal de Felipe dos Santos, nessas celebrações dos 300 anos de Minas.

A seguir, a contundente defesa do Herói Nacional, o Tiradentes, pelo promotor Marcos Paulo de Souza Miranda.

O juiz aposentado Auro Andrade, no mesmo diapasão, nos demonstra a importância história do Alferes Mártir da Inconfidência Mineira.

O jornalista Mauro Werkema descreve sobre os 300 anos da Capitania de Minas Gerais.

E, finalmente, o professor Manoel Hygino dos Santos mostra a cidade de São Romão, no Norte de Minas.

Boa leitura.



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Sumário



09 **O Tempo de Felipe dos Santos**
por Bruno Terra Dias



21 **Os 300 anos da Capitania de Minas Gerais**
por Mauro Werkema

04 **Página do Artista**
Haydéa (da Veiga) Oliveira

17 **Tiradentes - Símbolo da República Brasileira: Farsa ou Legitimação?**
por Auro Aparecido Maia de Andrade

05 **Entrevista:**
Toninho Horta

26 **São Romão: cidade e rio em uma só alma**
por Manoel Hygino dos Santos

15 **Em Defesa de Tiradentes**
por Marcos Paulo de Souza Miranda



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Prezado Eugênio,

Parabéns pela excelente revista memória CULT. Em tempos tão atípicos e difíceis, você continua guardando e difundindo a história e a cultura do nosso país.

Não desista da defesa do nosso patrimônio, como sempre fez, por onde quer que tenha passado, a exemplo da vital parceria que mantivemos, por anos, fundamental para a sobrevivência do antigo Museu das Reduções, ainda em Amarantina.

A cultura e história (mineira e brasileira) agradecem pelo seu empenho.

Carlos Alberto Xavier de Vilhena
Diretor do Museu das Reduções
Cachoeira do Campo | Ouro Preto | MG

ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 28 da Memória CULT trouxe artigo sobre a Restauração do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Ouro Preto, pelo Cón. Luiz Carlos Cesar Ferreira Carneiro. O entrevistado foi o ex-Presidente do TJMG, Desembargador Nelson Missias. Confira a edição completa em memoriacult.com.br

EXPEDIENTE **memória CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano X - nº29 - dezembro de 2020

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto da capa | Eugênio Ferraz

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Haydêa (da Veiga) Oliveira



Pintura em prato de parede, de madeira, 1988, com 20x20cm, retratando romanticamente Marília de Dirceu e Tomás Antonio Gonzaga

Na capa, quadro retratando a prisão de Cláudio Manoel da Costa.
Haydêa (da Veiga) Oliveira, pintora bisexa, de família tradicional, que a tudo observava das sacadas de sua casa, na Rua Direita, 111, em Ouro Preto. Aydêa faleceu em 1997.



TONINHO HORTA: UM ARTISTA BRASILEIRO!

Petrônio Souza Gonçalves*



Considerado um dos maiores músicos em atuação no mundo, o mineiro Toninho Horta é hoje um dos artistas brasileiros que mais viaja em turnê internacional, com shows regulares nos Estados Unidos, Japão e Europa. Neste ano Toninho lança dois CDs, um em parceria com a cantora polonesa Dorota Miskiewicz e outro com a cantora italiana Bárbara Casini & convidados, como Edu Lobo, Chico Buarque e Nelson Ângelo, ambos gravados no Brasil. No momento Toninho Horta está finalizando CD que está sendo gravado e produzido nos Estados Unidos, interpretando os grandes clássicos da música americana, com destaque para “What a Wonderful Word”, sucesso de Louis Armstrong, “When I follow in Love”, de Nat King Cole e “The Way You Look Tonigth”, sucesso com Frank Sinatra. O CD “Standards and Estories” terá distribuição mundial.



Toninho, como é que começou toda essa história musical?

Ah, na verdade eu nem me lembro direito. Isso tudo começou em minha casa, pois venho de uma família muito musical. Minha mãe tocava bandolim. Meu avô foi um maestro importante para a música mineira, o João Horta. Há registros das músicas dele no Museu da Música de Mariana, obras que estamos resgatando também. Então tudo isso começou em casa. Tive as primeiras aulas de violão com minha mãe Geralda, ouvindo sempre meu irmão Paulo tocar seu contrabaixo. Na adolescência compus minhas primeiras canções, sempre acompanhando as cantoras na TV Itacolomy. No II Festival Internacional da Canção em 1967, fui finalista com as músicas “Maria Madrugada” letra de Júnia Horta e “Nem é Carnaval”, em parceria com Márcio Borges. No IV Festival Internacional da Canção, em 1969, fui novamente finalista com a música “Correntes”, letra do Márcio Borges que foi censurada e tivemos que fazer algumas alterações. Em 1970 integrei a banda de Elis Regina e participei da gravação do LP “Ela” e em 1972 participei do lendário LP duplo “Clube da Esquina”, de Milton Nascimento e Lô Borges. Isso foi um divisor nessa história toda.

...fui novamente finalista com a música “Correntes”, letra do Márcio Borges que foi censurada e tivemos que fazer algumas alterações...

E os projetos de agora, como estão em sua carreira?

Bom, são muitos os projetos que estou engajado neste ano: Acabamos de lançar o álbum duplo Belo Horizonte, gravado pela minha banda original de quase 40 anos, a Orquestra Fantasma, onde prestamos uma grande homenagem a minha cidade natal, com participações especiais de João Bosco, Joyce, Lisa Ono, e os solistas internacionais William Galison e Rudi Berger. Aliás, eu gravei um disco em dueto com este grande violinista austríaco Rudi Berger, que fará parte das minhas tours internacionais, que inclui ainda as cantoras europeias e shows com a Orquestra Fantasma. Vou excursionar pela Polônia, Suécia, França, Itália, Áustria, Japão, Estados Unidos e Alemanha, onde será lançado também um disco solo e meu songbook pela Acoustic Music, voltado para o público alemão. Vem aí a segunda edição do meu SongBook, que está completamente esgotado e teve grande repercussão no meio musical de todo o mundo, além do disco Belo Horizonte, estarão sendo vendidos nesses países.

Para não perder o pique, agora vamos realizar um grande projeto, que estou muito motivado a fazer, que é o evento cujo nome oficial é Seminário Instrumental Além das Montanhas – SIAM. O Seminário terá participação de minha banda Orquestra Fantasma, com Yuri Popoff (baixo), Lena Horta (flauta), Lisandro Massa (teclados), Neném (bateria), Goio Lima (sax) e participação especial de Wagner Tiso, Nivaldo Ornelas e Robertinho Silva, padrinhos do evento que terá a duração de três dias em Belo Horizonte. Futuramente se tornará itinerante, passando por várias cidades mineiras, com cursos para instrumentos e também teóricos como arranjos, improvisação, oficinas de prática de conjunto e orquestra, com formação do nível iniciante ao profissional. O objetivo maior deste Seminário é de valorização e promoção da produção musical de qualidade produzida em Minas Gerais, do barroco aos tempos atuais, passando pela Época de Ouro e o Clube da Esquina. Como suporte do evento, teremos nele do grupo de apoio do Instituto Maestro João Horta, do qual sou presidente e é formado por jovens músicos que vivem em Belo Horizonte. Eles irão colaborar na formação de jovens talentos das comunidades locais, visando a música instrumental e o repertório do Clube da Esquina para todos os níveis. O SIAM já tem datas para as cidades de Mariana e Conceição do Mato Dentro ainda neste primeiro semestre de 2020.

Toninho, como você vê a música popular feita hoje no Brasil e no mundo?

Bom, esta é uma pergunta difícil, mas oportuna. A maior parte do tempo estou no Brasil, focado nos compromissos internacionais que já fazem parte da minha rotina nas últimas décadas, além dos trabalhos de sempre: os shows, participações em concertos, eventos e gravações. Portanto, fica difícil apontar o caminho da música no Brasil. Se for através do que a gente ouve no Rádio e na TV você percebe uma insistência da mídia da música descartável e de momento, mas que, de certa forma, é o alento do povo que precisa de alegria, se soltar para esquecer os problemas que o aflige, a situação econômica, a violência, a política brigando com ela mesma, a falta de união nas famílias, entre tantos outros motivos e justificativas.

Nas poucas viagens pelo Brasil, consigo ver de perto, junto aos fãs que acompanham o meu trabalho e que são seguidores da música de qualidade feita no Brasil, que existe uma corrente paralela fortíssima no cenário musical.

“... fica difícil apontar o caminho da música no Brasil. Se for através do que a gente ouve no Rádio e na TV você percebe uma insistência da mídia da música descartável e de momento...”

“...O movimento do mundo está mais rápido e as pessoas não têm mais tempo, e o dinheiro não dá para pagar as contas básicas, enfim, tudo contribui para o esquecimento da música de qualidade...”

São os grupos instrumentais, cantores audazes e compositores inspirados que mantêm a essência e a qualidade da nossa música, e nem sempre é devidamente prestigiada ou valorizada pela mídia e as grandes produções. Hoje não existe mais gravadoras, o que, por outro lado, torna possível qualquer pessoa se tornar um compositor de fato e artista e jogar seu conteúdo musical na internet. Esses músicos e produtores quase que são uma resistência cultural, junto com a consistente e séria classe artística, que constroem a solidez de nossa música verdadeira, que fica além dos tempos e modismos, essas verdadeiras barragens para que o barco da Cultura e da Música brasileira não afunde.

Isso é que nos faz acreditar no poder de regeneração da nossa música, pois ela não se limita ao que está tocando nas Tvs e nos rádios.

O lado triste disso é que percebemos que está mais difícil você sentar em uma poltrona, tomar um vinho e ouvir em uma rádio uma boa balada, uma canção ou modinha, um clássico romântico ou o cool jazz. O movimento do mundo está mais rápido e as pessoas não têm mais tempo, e o dinheiro não dá para pagar as contas básicas, enfim, tudo contribui para o esquecimento da música de qualidade. Ela existe e faz bem ao coração da gente, como a paz em nossa mente!

Pelos meus giros em festivais, concertos e master class pelo país, não tenho nada a reclamar como músico. Temos que analisar o presente, pois o futuro a Deus compete, como se diz no provérbio conhecido. E o presente musicalmente no Brasil está ótimo no cenário paralelo. Nunca deixamos de ter bons criadores atrás da caneta e de uma partitura, com o violão na mão ou compondo na caixinha de fósforo. Seja no norte, no sul, no leste, sudeste, nordeste e centro-oeste do Brasil, por essa imensidão de terra e de água, sempre existem sonhos e pessoas especiais. Aliás, todo ser humano é uma preciosidade. Temos que ter consciência das diferenças. O importante é cada um ter paz e deixar que o outro cuide de si mesmo. O homem livre, tem a liberdade e os sonhos e eles podem ser conquistados, vividos.

Vamos acreditar que em um futuro próximo será melhor para nossa música, basta a gente crer que vale a pena acreditar, sonhar, fazer o bem e colaborar generosamente e solidariamente com o próximo, e com todo nosso Planeta Terra! Nossa casa no tempo e no espaço, é para ela que faço minhas músicas, sempre acreditando poder de contribuir para a harmonização do mundo e das pessoas.

*** Jornalista e escritor**



O tempo de Felipe dos Santos

Bruno Terra Dias*

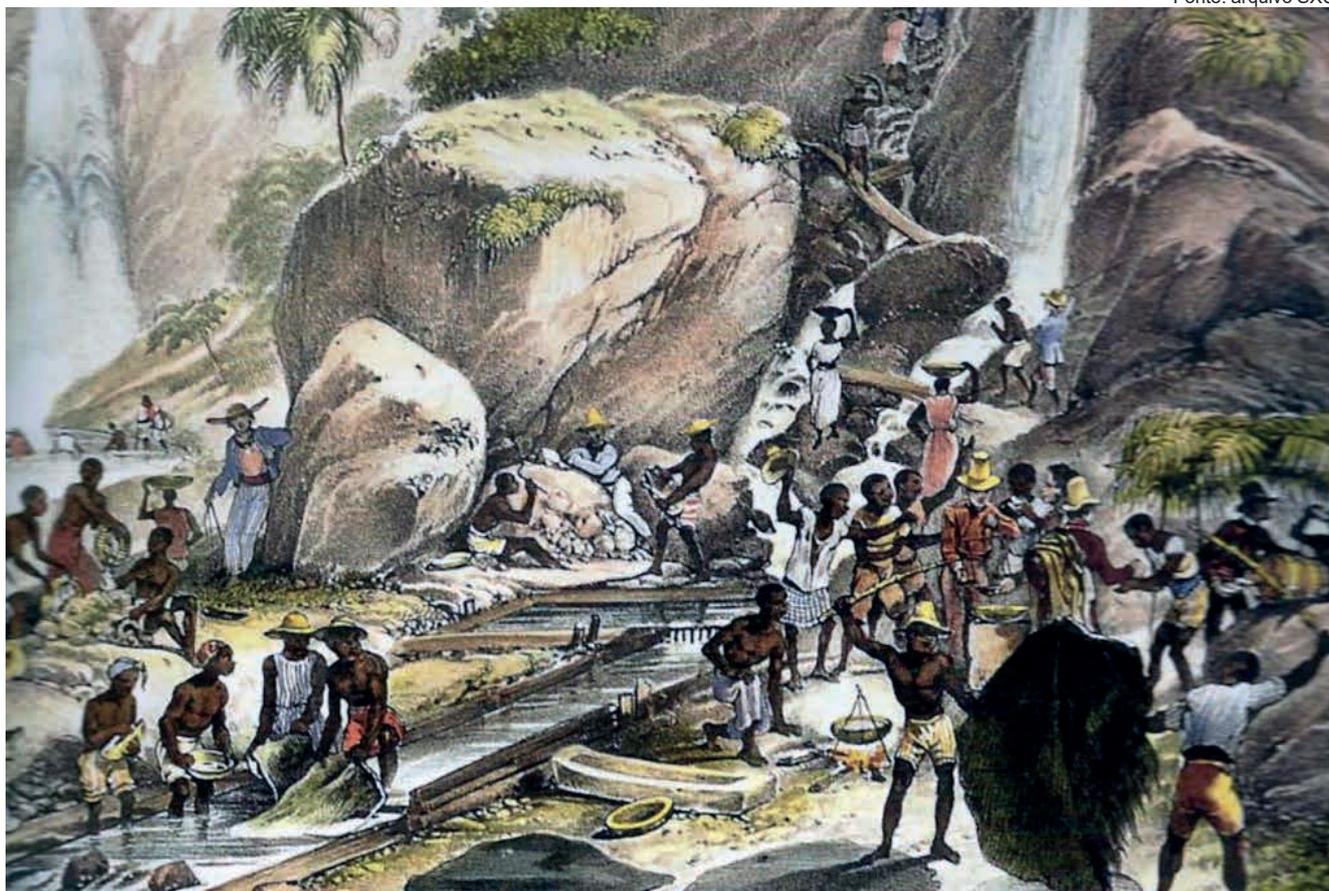
Fonte: pt.wikipedia.org



Julgamento de Filipe dos Santos, de Antonio Parreiras

O tempo de uma vida não se conta pelos olhos de quem fita o passado com curiosidade, porém com a prévia compreensão da geografia, da demografia, da economia, da política, das ideias vigentes e do modo de pensar, da pretensão dos dominantes e do sentimento dos dominados. Sem essas precauções, o que de melhor se conseguirá é expressar preconceitos, lugares comuns e distorções que confundirão o bem e o mal, os significados, o importante e o reles. O tempo de Felipe dos Santos, imediatamente anterior ao da Capitania de Minas Gerais, que em dezembro de 2020 completou 300 anos, é prenhe de acontecimentos definidores do caráter político do mineiro e de muitas de nossas práticas cotidianas, de cuja origem não há notícias para a franca maioria do nosso povo. Por este e por outros motivos, jogar luzes sobre o tempo afigura-se tarefa civilizacional de relevo.



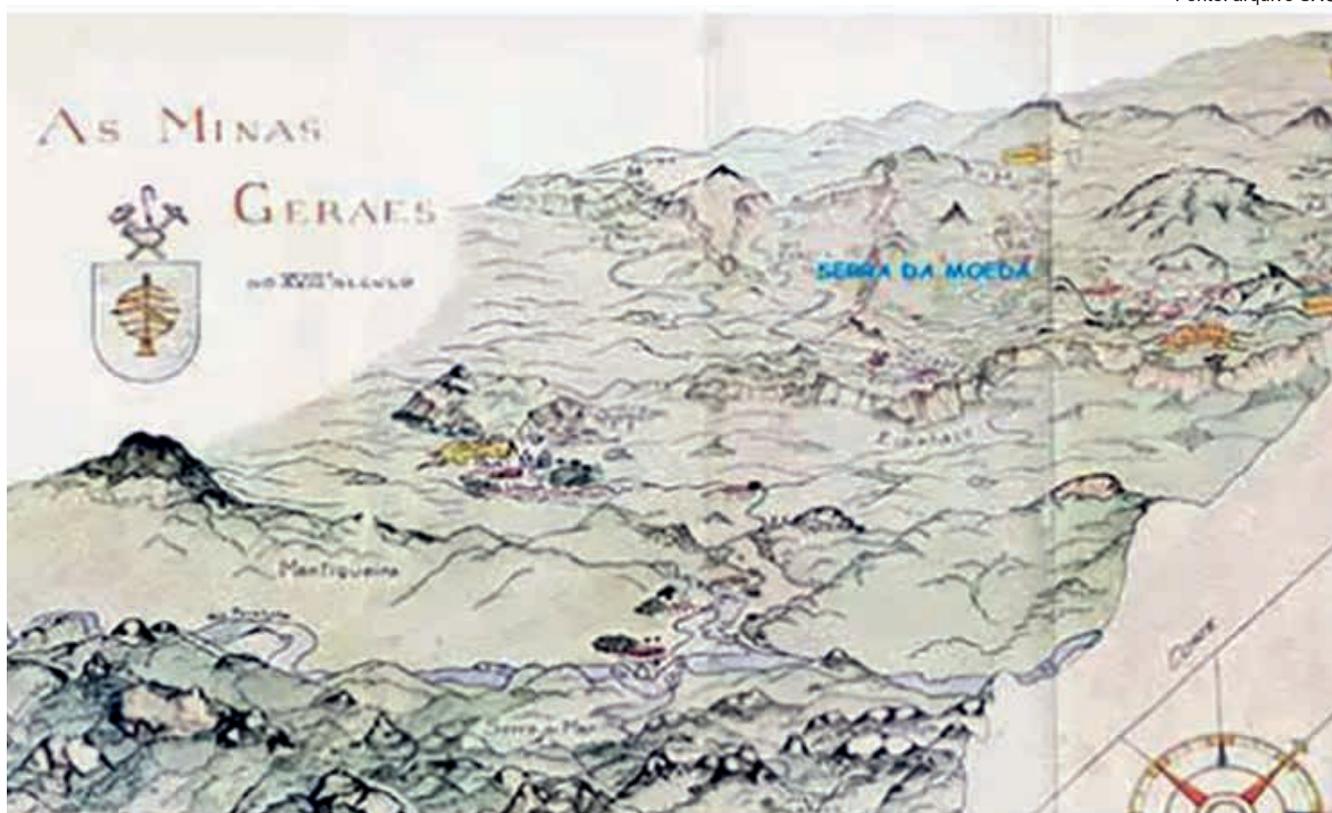


Mineração no início do século XVIII

O final do século XVII e o começo do século XVIII mostram o caminho do desbravamento e do morticínio, da descoberta de metais e da cobiça, do fluxo intenso de pessoas para a região das minas e do despovoamento de regiões na colônia e na metrópole, do enriquecimento rápido e da morte por fome, doenças tropicais, ataques de animais selvagens e lutas corporais. A tarefa de dominação de povos numerosos, mas em estágio de desenvolvimento tecnológico muito inferior, poderia não ser tão complexa, se a extensão territorial fosse circunscrita, de fácil acesso e portadora de desafios conhecidos, o que não era o caso. A transformação dessa dominação em civilização de padrão europeu era uma quase impossibilidade. Mas tudo isso ocorreu em menos de um século e o ano de 1720 foi definidor.

A economia colonial, no imediato antecedente da criação da Capitania de Minas Gerais, era caótica e

aventureira, ocorria no turbilhão de formação de uma sociedade inteiramente nova, na imensidão rural de suas escassas vilas, pouco mais que amontoados de casas rústicas e lugares de reunião dos exploradores de auspiciosa mineração; lugar sem lei, sem rei e sem o Deus dos cristãos, onde até os padres percebiam em si a corrosão moral que se atribuía aos trópicos, ao calor, aos indígenas, à insânia de sua missão por lugares nunca antes avistados por europeus. O custo da empresa colonial não era baixo, era praticamente um empreendimento privado, autofinanciado, e que pagava pesados impostos. Os cargos oficiais e no comércio eram ocupados preferencialmente por portugueses, com exclusão dos nativos, fossem eles indígenas, miscigenados ou paulistas. Dificuldades, impostos, desvios, evasão e corrupção não faltavam. Somente a esperança de enriquecer nutria a coragem dos desbravadores que chegavam às minas.

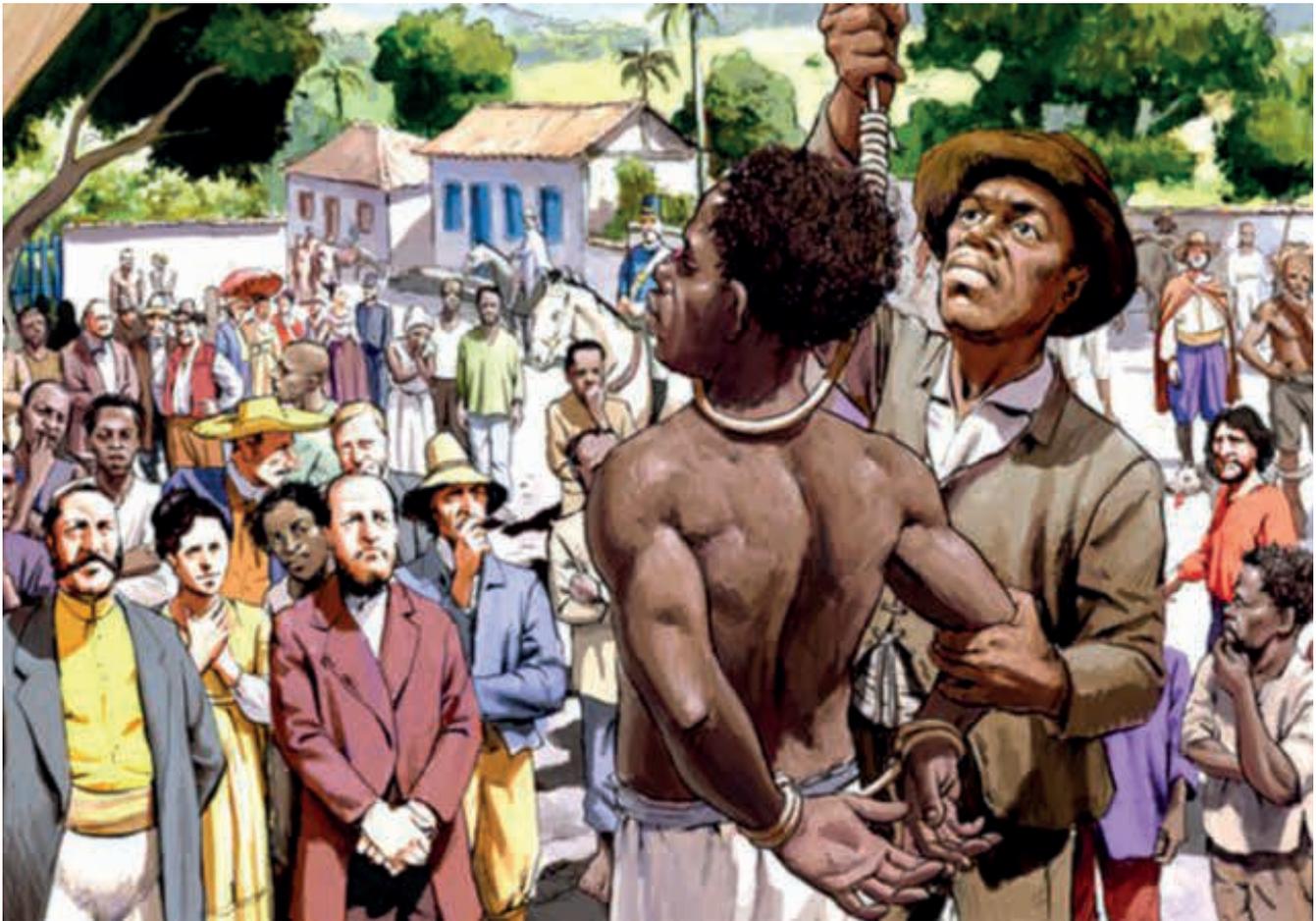


Mapa de Minas século XVII

Se chegar à região das minas era tarefa para fortes e resistentes em termos físicos, pois era necessário atravessar serras e rios, ambientes inóspitos e perigosos, também era necessário ostentar qualidades outras para merecer reconhecimento que, no campo moral, prendia-se às lições de Malebranche, então em voga. Nesse compasso, é bom conservar em mente a advertência de que o crítico que perde a razão, por preconceitos contra o criticado ou contra suas proposições, na verdade não entende o que deprecia, pois sua elaboração mental do pensamento alheio já o precede e tolda os princípios de isenção que deveriam presidir sua própria obra. Se o erro deriva do assentimento irrefletido ou de falta de suficiente entendimento, conclui-se que agir assentindo com o mal ou sem suficiente entendimento é caminhar para o erro, decorrendo daí, dessa imprudência mental, a responsabilidade pelo que decorrer da conduta adotada. Se a imprudência mental conduz ao mal, a virtude conduz à verdade, que é de Deus e a chave para o bem, compromisso

bastante complexo nessas terras ao início do setecentos.

Outra característica do pensamento de época, que Karl Vossler bem anotou, foi a divisão da sociedade em nobreza de nascimento ou de sangue, contrastando com a nobreza de alma. Assim, a denominada “Boa Sociedade” era titular do direito de dizer quais atributos constituem a nobreza de alma e quem os possui; nas colônias de Portugal, esse apreço pela nobreza da alma, principalmente sob crivo cristão, também foi dominante, protegido pela nobreza de nascimento ou de sangue; a nobreza de nascimento ou de sangue é excludente de todos que não a têm, mas a nobreza de alma é galardão e reconhecimento a que os grandes, dentre os excluídos, podem aspirar; há leis que asseguram a nobreza de nascimento ou de sangue; nobre de alma jamais seria quem atacasse a nobreza de nascimento ou de sangue; integrar a sociedade significa possuir qualidades tidas por essa mesma sociedade como ideais, habilitando ser reconhecido como portador de alma nobre.



Execução de escravo

A Justiça colonial, que deveria primar pelos sentimentos, religiosidade, modo de pensar e instituições de seu tempo, em muito pouco era melhor que o desassombro de violências dos sertões mineiros, e com seus inúmeros defeitos compactuava com tortura oficial de escravos e pessoas vis (sem posse, sem origem, sem nobreza, degradado ou rebaixado de seu grau social etc) para obtenção de confissão, mesmo quando ausente qualquer meio de prova ou indício, pois em casos que tais o ônus da prova era do acusado. Justiça abertamente injusta e cara, burocrática, servil e corrupta, alguma vez poderia até acertar, mas seu propósito não coincidia com o que atualmente se exige e pretende.

O regime fiscal a que submetida a atividade nas minas não se resumia, como parece a quem tenha visão de superfície, a ser centrada no quinto a ser

implantado pelas casas de fundição, de larga tradição no direito português. É comum ouvir-se que os mineiros reclamavam de barriga cheia contra a tributação de vinte por cento de sua produção, o que somente ocorre com o olvido de todo o mais que poderia ser cobrado nos registros e nas passagens, multiplicando os preços de tudo quanto tivesse origem no Porto do Rio de Janeiro (era proibido o comércio com Salvador, como interdito era, também, desenvolver indústria, pois tudo deveria ser adquirido da Coroa), para a entrada como para a saída. Não havia como não revoltar contra um tal regime fiscal que nada dava em troca, cabendo ao empreendimento privado e capacidade de espírito do empreendedor todo trabalho de desenvolvimento e financiamento dos excessos de pretensão da Metrópole colonial.



Casa dos Contos de Ouro Preto, construída em 1782 - 1784 para arrecadação de impostos

Os ônus fiscais para a produção minerária eram estrondosos e cercavam a atividade por todos os lados, incentivando o contrabando e a corrupção, insuportavelmente. A honestidade não era atributo favorável para quem se estabelecia na capitania, pois implicava na séria perspectiva de quebra do empreendimento. A pobreza era a condição comum e nenhum era o investimento público em infraestrutura e condições sanitárias para as cidades, onde doenças evitáveis sacrificavam a população. A Metrópole contentava-se em arrecadar, como se os recursos minerais não fossem finitos, sonhando com a eternidade, alternando entre capitação (imposto sobre cabeça de escravo, devido pelo senhor) e casas de fundição (centralizadora de toda produção aurífera, que era derretida e solidificada em lingotes, de onde saíam quintados), sua preferência.

Como se vê, motivos para revoltas eram abundantes no cenário fiscal, na indolência administrativa, na burocracia estorvante, nos serviços públicos caros, nas proibições externadas de todas as formas, na capitação, na derrama, no sem-fim de impostos; na retribuição quase nenhuma em serviços públicos, na falta de saneamento, no empobrecimento, na ausência quase total de aparato oficial de Justiça, na preferência de cargos em favor de portugueses, nas distinções de origem etc.

Considerar o regime fiscal a partir apenas do quinto é profunda injustiça, é desconhecimento e erro evidente, não condiz com a verdade daqueles tempos iniciais. Havia muito mais. Essa visão oblíqua, que desconsidera a realidade em seu tempo e afasta comodamente o que estorva o argumento ideologicamente voltado à obtenção de efeito destruidor das certezas históricas formadoras



Revolta de Vila Rica

dos fundamentos que unem um povo, não pode sequer merecer a qualificação de meia verdade, pois outra coisa não é senão inteira mentira em seus objetivos. O regime fiscal era terrível para todos, impeditivo de dinamização da economia e de melhorias sociais para o povo, não podemos olvidar.

Felipe dos Santos, que não era nobre de nascimento ou de sangue, também não ostentava situação para que pudesse sua vida ser considerada exemplar, pois era apenas um mediano, sem maiores recursos financeiros, sem patrimônio apreciável de potentado nem realizações que agradassem os maiores da sociedade, na Metrópole colonial ou na colônia propriamente dita. Nunca seria considerado como portador das qualidades indispensáveis para ser admitido como um igual na so-

cidade e, assim, jamais seria reconhecido como alma nobre. Atacar a nobreza de nascimento ou de sangue, falhando em seu intento, não permitiria ser havido como fundador de nova sociedade que o habilitasse alcançar patamares mais elevados; a frustração de uma sedição condena organizadores a serem traidores ou párias entre contemporâneos. Felipe dos Santos morreu afastado de glórias e feitos heroicos, condenado sumariamente, executado sem formalidades, como é próprio de ocorrer com os de baixa extração. Apesar de tudo, ficou para a eternidade dos nomes ofertados à história, bem mais que seus contemporâneos.

***Desembargador, ex-presidente da AMAGIS, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.**



Crítica

EM DEFESA DE TIRADENTES

Marcos Paulo de Souza Miranda*

Fonte: arquivo SXC



Tela: Julgamento da Inconfidência. Eduardo Sá. 1921. Museu Histórico Nacional

Causou-nos enorme perplexidade a notícia publicada recentemente por diversos órgãos da imprensa nacional sobre o projeto de lei apresentado pelo Deputado Federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) objetivando excluir o dia 21 de abril, dedicado à celebração da memória de Tiradentes, do calendário de feriados nacionais.



A intenção manifestada pelo parlamentar é de instituir como feriado, em substituição, o dia 22 de abril, data relativa ao descobrimento do Brasil pelas naus portuguesas comandadas por Pedro Álvares Cabral. Ainda segundo a justificção apresentada pelo nobre Deputado: “Para que não permaneçam dois feriados nacionais em datas contíguas, estamos revogando o feriado de 21 de abril, relativo à morte de Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes. Essa data é uma criação do regime republicano, instalado no Brasil através de um golpe militar que banuiu a família imperial brasileira.”

Conquanto concordemos com a grande importância histórica da data relacionada à chegada da frota de Cabral ao território brasileiro, que era habitado há milênios por povos que aqui se estabeleceram com absoluta primazia sobre os portugueses, impossível admitir o pretendido revisionismo histórico e tentativa de apequenamento da figura do Alferes Tiradentes, que pagou com a própria vida o preço de ter sonhado com a liberdade e a independência de nosso país.

O exercício do poder de legislar não prescinde de responsabilidade, equilíbrio, impessoalidade e ética por parte dos dignos representantes do povo brasileiro, que possui incorporado ao seu patrimônio jurídico comum, ou memória coletiva, personagens e fatos históricos que são representativos dos valores mais caros e de maior significação para a nossa nação. E, certamente, reside no movimento da Inconfidência Mineira e no exemplo que nos foi legado por Tiradentes uma das mais belas e expressivas páginas da história do nosso país.

Impossível negar tal fato, cujo julgamento não pode se dar com fundamento em convicções, interesses e ideologias de caráter pessoal, desvinculadas do sentimento comum que reside no âmago do coração da maior parte da nação, que ama a liberdade, cultua os seus heróis e reconhece o seu passado.

Talvez desconheça o nobre Deputado Federal autor do sobredito projeto de lei que seu antepassado, o digno e virtuoso Imperador Pedro II, quando de sua viagem a Minas Gerais, em 1881, demonstrou especial atenção e respeito pelo movimento inconfidente, chegando a registrar em seu diário ter visitado as casas de Tomás Antônio Gonzaga e Marília de Dirceu, em Ouro Preto, bem como a estalagem da Varginha, em Ouro Branco, local das reuniões dos conjurados e onde ficou exposto um dos quartos do corpo de Tiradentes, personalidade que ora se pretende desdourar.

Vale ainda lembrar que no ano de 1994, em Lisboa, o então Presidente de Portugal, Mário Soares,

em discurso proferido em sessão solene realizada na Embaixada Brasileira, deixou registrado: “Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é hoje para todo o Brasil uma figura mítica, um herói, um mártir e uma referência tutelar. É, pois, essencial que Portugal o assuma como um herói igualmente seu, num sincero ato de contrição e de reabilitação histórica. Portugal, que tem uma história gloriosa, de que tanto nos orgulhamos, tem sabido

sempre ter a coragem de, nos momentos cruciais, encarar, com verdade e com rigor, o seu passado multissecular, corrigindo erros, fazendo justiça a quem é devida, e, sobretudo, retificando as faltas, por forma a salvaguardar e preparar o futuro”.

É com esse sentimento de respeito pelo passado e seus vultos mais grandiosos que esperamos que o Congresso Nacional, norteado pelo equilíbrio e bom senso, rejeite a infeliz iniciativa de se tentar, novamente, condenar a figura do Alferes da Liberdade.

***Promotor de Justiça; ex-Coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de MG; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**

“É com esse sentimento de respeito pelo passado e seus vultos mais grandiosos que esperamos que o Congresso Nacional, norteado pelo equilíbrio e bom senso, rejeite a infeliz iniciativa de se tentar, novamente, condenar a figura do Alferes da Liberdade.”



TIRADENTES

SÍMBOLO DA REPÚBLICA BRASILEIRA: FARSA OU LEGITIMAÇÃO?

Auro Aparecido Maia de Andrade*

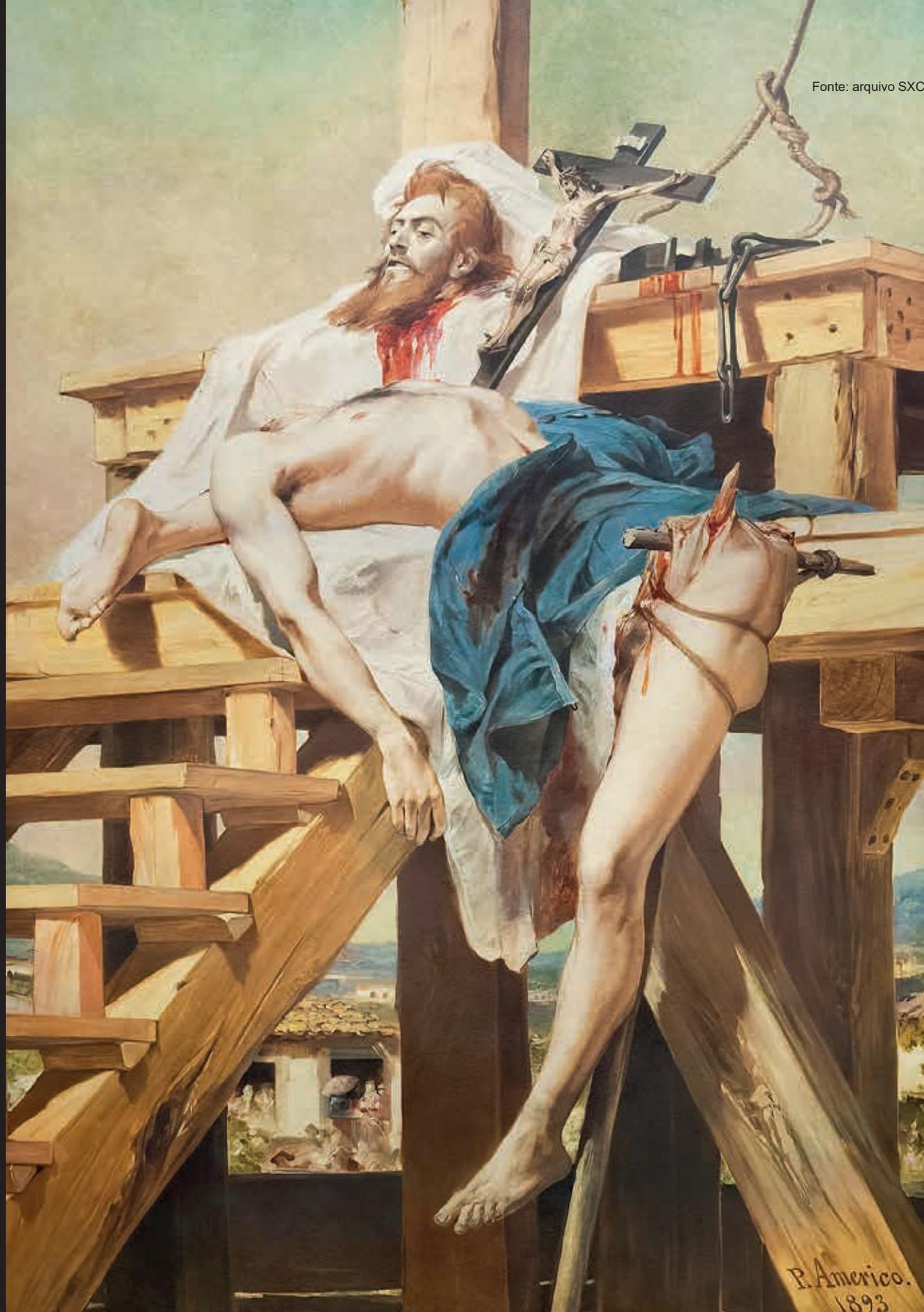
Fonte: arquivo SXC



Vários são os livros e artigos que insistem em apequenar, não só Tiradentes, como também a Inconfidência Mineira¹.

E isso se repete com relação ao fato de Tiradentes ter sido reconhecido como imagem heróica da república brasileira. Propala-se, sem o menor aprofundamento do tema, que Tiradentes foi um herói “criado” ou “construído” pela República.





Acontece, porém, que com a Proclamação da República (1889), compreensivelmente, passou-se a buscar alguma forma de representação daquela inovação política e, mais, que fosse de tal sorte a significar também a ruptura com o regime monárquico.

Ora, os que atacam Tiradentes nessa condição se esquecem de que – dentre todos os movimentos revolucionários ocorridos no Brasil - nenhum deles cuidou da unidade nacional e da república democrática como o fez a Inconfidência Mineira. Aliás, a Inconfidência Mineira foi o primeiro dentre todos esses levantes e, mais que isso, com ela “[o] louco desejo de liberdade nunca mais se apagaria.”²

E tanto assim foi que a Inconfidência Mineira se espelhou na precedência republicana e democrática das Treze Colônias Inglesas da América (1776), os atuais Estados Unidos, sendo que os projetos dos inconfidentes alinhados nos Autos da Devassa não deixam qualquer dúvida a esse respeito.

E no contexto da Inconfidência Mineira emerge de forma especial a participação de Tiradentes.

Tiradentes trazia sempre consigo um livro de coletânea das leis no novo país norte-americano (o “Recueil”) que passou para a história como sendo o famoso “livro de Tiradentes”.³⁻⁴

Não se pode esquecer que foi Tiradentes o único condenado à pena de morte por ter participado daquele movimento libertário, o que fez dele, além de herói, também mártir.

O historiador Kenneth Maxwell, na célebre obra A Devassa da Devassa,⁵ assim sintetiza a atua-

ção heroica de Tiradentes:

“... E esta condição de herói nacional do alferes dos Dragões de Minas não é injustificada: em comparação com o de seus companheiros de conspiração, o comportamento de Tiradentes, ao ser interrogado, foi exemplar, ninguém o sobrepuiu em entusiasmo por uma Minas independente, livre e republicana; reclamou para si o maior risco e não há dúvida alguma de que estava disposto a assumi-lo. Conforme dizem ter Cláudio Manuel da Costa afirmado, tomara que existissem mais homens desta têmpera! Tiradentes não era um anjo, nenhum homem o é. Mas, em uma

história particularmente carente de grandes homens, Joaquim José da Silva Xavier impõe-se como uma exceção.”

Outrossim, não se nega que o Brasil tem em sua história vários heróis e todos são valorosos. Cada pessoa tem o seu valor ainda que não seja herói. Tanto na singularidade pessoal, como no con-

vívio em comunidade ou em sociedade, e também nas nações, não há como fazer comparação. Heróis ou não, todos os personagens são importantes. Cada um tem seu papel exclusivo no cenário dos acontecimentos, mas os heróis são especialmente indispensáveis para o povo.

Acontece que quando se buscou, dentre tantos heróis nacionais, aquele herói cuja imagem fosse capaz de significar a origem no Brasil dos valores e dos ideais republicanos, nenhum outro se mostrava, como de fato não mostra, com tais características senão Tiradentes.

Na verdade desde o Segundo Reinado, com os clubes e partidos republicanos, já havia um movimento para se promover a figura de Tiradentes como símbolo

Não se pode esquecer que foi Tiradentes o único condenado à pena de morte por ter participado daquele movimento libertário, o que fez dele, além de herói, também mártir.

do ideário republicano no Brasil. Resultado disso foi, inclusive, que logo após a Proclamação da República (1889), aos 14 de janeiro de 1890 o dia do enforcement de Tiradentes, 21 de abril, constou do decreto nº 155-B que instituiu o calendário nacional e se tornou feriado nacional pela primeira vez. Posteriormente, já no ano de 1965, a lei federal nº 4.897⁶ reconheceu Tiradentes como patrono cívico da nação brasileira.

O notável historiador mineiro José Murilo de Carvalho nos exorta que “[h]eróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva ... Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.”⁷

Destarte, Tiradentes, mesmo antes de ser reconhecido por lei como patrono cívico do Brasil,

já se encontrava legitimado a tanto por sua própria atuação histórica na Inconfidência Mineira, o que se consolidou mais ainda a partir do movimento republicano havido no Brasil mesmo antes da Proclamação da República.

Enfim, a república no Brasil tem no herói nacional Tiradentes a digna personificação dos ideais republicanos e democráticos.

Essa é a realidade histórica e como tal merece ser considerada. Não é farsa. É legitimação de valores heróicos!

***Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais, aposentado. Sócio correspondente do IHGMG e da Academia Valenciana de Letras (AVL), e do Instituto Cultural Visconde do Rio Preto, de Valença-RJ.**

1 “O Brasil é o único país da América em que existe, há mais de um século, uma campanha sistemática de desmoralização do precursor de nossa independência. Em cuba, no Haiti, na Argentina, na Venezuela, enfim, em todas as nações da América, o homem que tentou alcançar a independência política e fracassou tem sua memória enaltecida por todos, como herói nacional.” (Waldemar de Almeida Barbosa, Tiradentes: 1792-1992, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei, volume VII, edição comemorativa dos dois séculos da execução de Tiradentes, 1992, pág. 27).

2 Lucas Figueiredo, *in* O Tiradentes, editora Companhia das Letras, 2018, São Paulo, pág. 383.

3 O exemplar original do *Recueil* que pertenceu a Tiradentes se encontra no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto.

4 Kenneth Maxwell coordenou a edição de um livro chamado “O LIVRO DE TIRADENTES” (Editora Penguin Companhia das Letras, 2013, São Paulo), que tratou de forma substancial sobre o “Recueil” que pertenceu a Tiradentes.

5 A DEVASSA DA DEVASSA, editora Paz e Terra, 7ª edição, 1ª reimpressão, São Paulo, 2010, pág. 305.

6 De 9 de dezembro de 1965..

7 A FORMAÇÃO DAS ALMAS – O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA NO BRASIL, editora Companhia das Letras, 20ª reimpressão, 2011, pág. 55.

Os 300 anos da Capitania de Minas Gerais

Mauro Werkema*

*Tropeiros no largo de São Francisco de Assis no
final do século XIX | Fotografia: Marc Ferrez*

“A descoberta das minas enriquece Portugal mas traz o fermento que o fará perder a Colônia”

Germain Bazin, diretor do Louvre

“Montani semper libres”
(Os montanhesees sempre serão livres)

**Frase inscrita, em 1930, no Monumento à Terra Mineira,
Praça Rui Barbosa, BH**

Celebrar os 300 anos da criação da Capitania das Minas, que ocorre a 2 de dezembro de 1720, não representa somente exaltar uma data histórica. É oportunidade, de evidente valor simbólico, para uma reflexão sobre a tricentenária trajetória histórica de Minas Gerais, evolução e conquistas, o domínio territorial, afirmação como povo e sociedade, conformação da identidade regional e expressão cultural e os traços que conformam a personalidade mineira. Mas, e sobretudo, suas lutas por emancipação política e econômica, ciclos e crises e sua ressignificação na contemporaneidade. Mas, e indispensavelmente, estimular a discussão necessária, senão inadiável, sobre os nossos dias e os muitos embates de Minas, na economia e impactos sociais, na situação financeira, na área ambiental e as perspectivas de desenvolvimento.

Em Minas convivem tradição e modernidade em uma exemplar diversidade cultural e natural gerada pela singularidade de sua formação, desde os anos de passagem entre os séculos XVII e XVIII, quanto ocorre a ocupação pioneira do território interior do Brasil-Colônia em busca do ouro. Da “Minas inaugural” à “Minas minerária”, expressões de Guimarães Rosa, e seus ciclos de exploração mineral, do ouro ao ferro, Minas deve sua origem, seu nome e sua formação. Mas também, na visão crítica da historiografia contemporânea, repetem-se os ciclos de espoliação econômica, que deveriam ter garantido ao Estado uma maior retribuição e um melhor e mais justo estágio de desenvolvimento na contemporaneidade.

Na Colônia, no Império e na República, os mineiros atuaram decisivamente na formação da nacio-



Igreja da Pampulha de Oscar Niemeyer, Belo Horizonte, MG

nalidade brasileira. A revolta de Vila Rica (Ouro Preto) e Ribeirão do Carmo (Mariana) em 1720 é pioneira na resistência mineira à opressão colonial portuguesa. Por todo o século XVIII ocorrerão sublevações e mesmo já no século XIX, no regime imperial, nas lutas pela construção da nacionalidade brasileira já na Independência. Em 1720, os mineiros, ainda em formação econômica e social incipiente, revoltam-se com a cobrança do quinto do ouro e contra a implantação das casas de fundição, ameaçam o governador, Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, resistem ao controle do comércio, pedem maior autonomia e liberdade em documento de reivindicações avançado para a época.

A revolta obriga o governador a refugiar-se em Vila Rica, que se torna capital de Minas, e a agir com

extremo rigor na repressão aos rebelados, com prisões, incêndios e execução sumária de Felipe dos Santos, que passa à História como primeiro mártir das lutas mineiras. A Criação da Capitania das Minas do Ouro é uma reação do governo português, que reforça a gestão colonial, com governo próprio, desmembrado da Capitania de São Paulo e das Minas, que fora criada em 1709. A criação se faz por Alvará do rei dom João V (1707 a 1750) que atende a recomendação do Conselho Ultramarino, como meio de organizar o governo local e conter revoltas que ameaçavam o controle da rica colônia.

É oportuno momento de rever a trajetória de Minas nos seus 300 anos. Inclusive quanto à crise atual. Ver o que o passado nos ensina e aponta quanto à herança natural, o processo histórico e



Pintura feita pelo artista Pedro Americo, da reunião dos inconfidentes organizando a conjuração mineira de 1789

Fonte: wikimedia commons

social e os valores que ensejariam uma ampliada emancipação econômica. Minas é rica, de solo e subsolo, de recursos humanos, de lições e experiências históricas e de vida, de homens públicos. E convocar para um novo tempo através de debates que envolvam a todos, na disseminação de conhecimento e consciência de que o “espírito de Minas”, que a história nos mostra e Drummond nos lembra, atue uma vez mais no enfrentamento da realidade adversa. Lembrar também o quanto, em diversos momentos, tem sido valiosa a contribuição de Minas ao Brasil, a merecer maior e mais justa retribuição. Finalmente, aplica-se bem no momento a conclamação conspiratória de Tiradentes aos mineiros, em 1789: “Se todos quisessem poderíamos fazer do Brasil uma grande nação”.

O conde de Assumar, mais tarde, em Portugal, ao explicar sua ação repressiva, considerada excessiva diz, em relatório que lhe é atribuído, que “estava em preparação em Minas um projeto de república, inspirado no modelo das cidades italianas, especialmente Veneza”. Falar em república no princípio do século XVIII, na então colônia nascente, que significa “comunidade política soberana e auto-governada por seus cidadãos”, diz a historiadora Heloisa Starling (“Ser republicano no Brasil-Colônia – a história de uma tradição esquecida”, 2018), ser fato extraordinário, pelo seu significado e pioneirismo mineiro. Assumar, no seu depoimento, diz que em Minas “a terra evapora tumultos, a água exala motins, o ouro toca desaforos, destilam liberdades os ares Minas é tumba da paz”.

Minas tem outros pioneirismos, avanços e con-



Getúlio Vargas e sua comitiva, após obter êxito na Revolução de 1930

quistas a celebrar, a começar pelo esplendor cultural e artístico do século XVIII, as muitas rebeldias e revoltas e a Inconfidência de 1789, sempre inaugurais do sentimento nativista, de autonomia e independência. Contribuiu para a Independência de 1822, para a construção do Primeiro Império e suas leis, resistiu ao absolutismo de Pedro I com a Revolução Liberal de 1842, inspirou o movimento republicano que adotou Tiradentes e os poetas inconfidentes como símbolos nas suas lutas pela aspiração da República, alcançada em 1889. Em 1930 e 32 os mineiros lutaram por novo regime no país, em aliança com Rio Grande do Sul e Paraíba. E, com a Revolução de 30, contribuíram para um novo tempo na História do Brasil. Será em Ouro Preto e cidades históricas, especialmente em Vila Rica que, “perdida entre montanhas, é histórica, cívica e artística”, os modernistas, na década de 1920,

descobriram uma autêntica cultura brasileira e nela fundamentaram a política de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e a criação do IPHAN, também sob a orientação inicial de mineiros a partir de Gustavo Capaneza, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Deste “caldo de cultura” surge a mineiridade, “mistura de mineirismo cultural e mineirice política”, no dizer de Afonso Arinos.

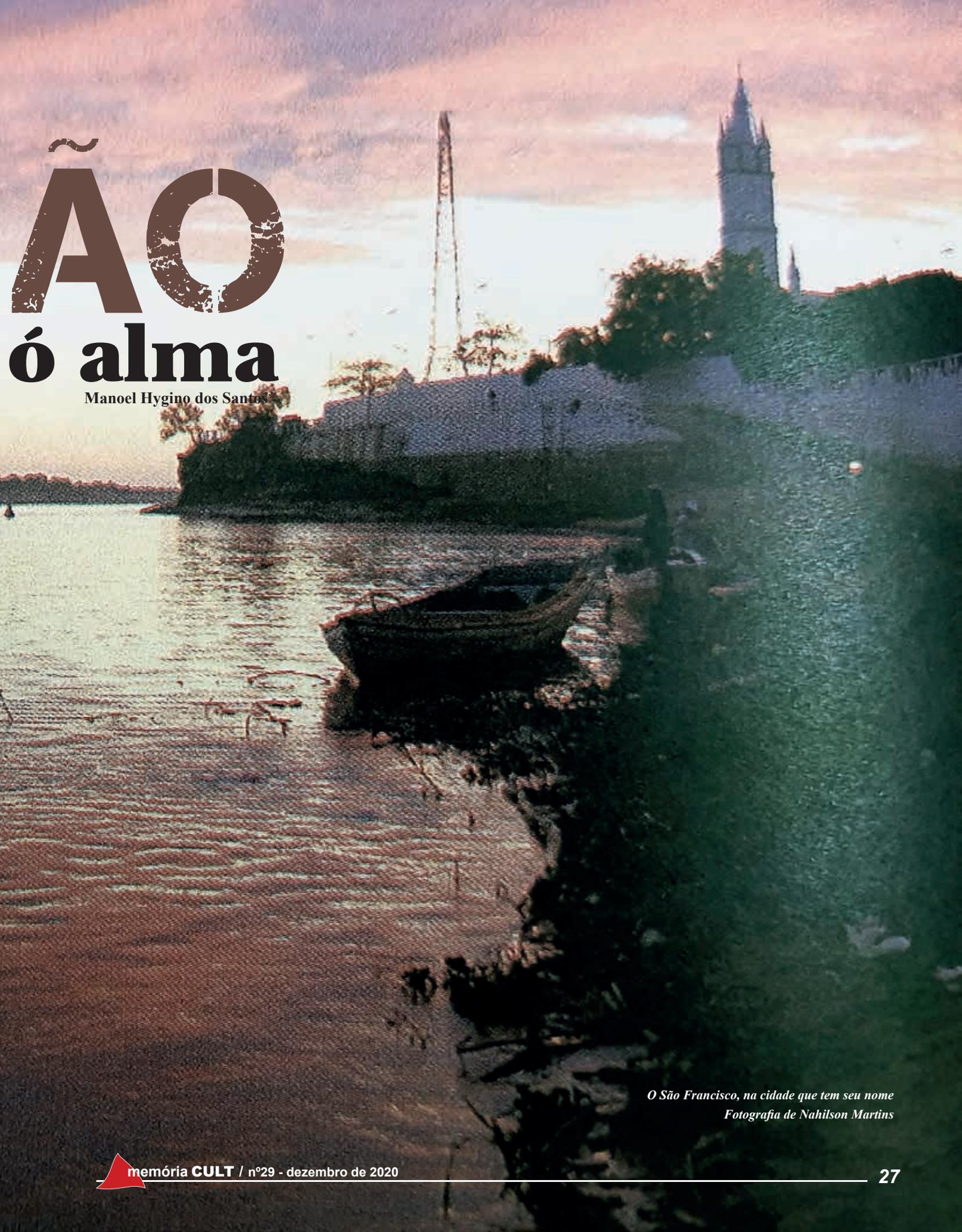
Estimular o debate sobre Minas e o aproveitamento de suas potencialidades econômicas e naturais, com a geração equilibrada e justa de resultantes sociais, especialmente do seu rico subsolo, mas também através da vocação para a cultura e o turismo, são temas oportunos para a revisão crítica dos 300 anos da Capitania.

***Jornalista e Escritor**

SÃO ROMÃO

Cidade e rio em uma s

Tem nome de santo, como muitas cidades no estado e localiza-se na microrregião do Norte de Minas, a de Pirapora, segundo o IBGE. A mais de 500 quilômetros da capital, insere-se na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, tem cerca de 12 mil habitantes e está a uma altitude máxima de 889 metros. Assim é, em termos gerais, São Romão, que o Brasil não conhece como devido. Mas tem rica história, como afirma Maria da Glória Caxito Mameluque, que lá nasceu, do que muito se orgulha, advogada, psicóloga e presidente da Academia Montes-clarense de Letras, dentre outros muitos títulos.



~ ÃO ó alma

Manoel Hygino dos Santos

*O São Francisco, na cidade que tem seu nome
Fotografia de Nahilson Martins*



A Igreja do Rosário é a mais antiga de São Romão

Admitindo que o Brasil não era uma ilha, os portugueses cuidaram de aproveitar o território, embora a débil situação financeira da nação ibérica então. Em 1501, veio uma expedição de reconhecimento comandada por Gaspar Lemos. Três anos após, uma nau regressou a Lisboa, carregada de pau-brasil. Havia riqueza, muita, cá do outro lado do oceano, convenceram-se os lusos.

Dom João III mandou Martim Afonso à frente de uma esquadra de cinco embarcações fortemente armadas para assenhorear-se do que houvesse. O soberano decidira dinamizar a colonização e dividiu o território em capitanias. Só duas prosperaram: a de Martim Afonso de Souza, de Pernambuco (que se estendia até Paracatu) e a da Bahia, de Dom Duarte Coelho, e o Rio São Francisco dividia-as.

A história de São Romão está ligada à do rio. Em junho de 1503, uma frota saiu de Lisboa para ampliar o império português no mundo novo. No dia 4, atingiu a barra de um grande rio. Era o Dia de São Francisco de Assis e o rio recebeu seu nome.

Tornou-se uma região de grande movimentação e grupos disputavam o poder. Pelos idos de 1668, com a descoberta do ouro, e, em seguida, de pedras preciosas, intensificou-se a navegação pelo São Francisco, levando-se o metal precioso para a Bahia. Simultaneamente, elementos desgarrados das antigas bandeiras, bem como foragidos da Justiça do Brasil e de Portugal, os índios nômades e os aldeados, os escravos fugidos, que ocupavam as margens do rio, assaltavam caravanas, cometiam crimes, contrabandeavam o ouro. A margem esquer-



São Romão, o tronco do Tamarineiro, em fotografia de Dimas Fulgêncio

da, pertencente à capitania de Pernambuco, passaria depois às capitanias ao sul, para formar o território que se transformaria em províncias e estados.

Maria da Glória afirma: “A história do município de São Romão é marcada pela luta contra os índios caiapós e pela repressão aos quilombos e a assaltantes, mas acima de tudo pelo inconformismo com o domínio colonial, que resultou na Revolução do Sertão, em 1736”. E foi apenas uma das várias revoltas.

Entre os índios, a maior resistência se deu na ilha de Guaíbas, com mais de légua e meia de largura, como revela o escritor Antônio Emílio Pereira, citando Diogo de Vasconcelos. Ali especificamente se escondiam piratas e malfeitores, enquanto os caiapós defendiam o que era seu. Enfrentaram bravamente os brancos, em luta encarniçada, lá se fixando o comandante da conquista, Manuel Francisco Toledo. Brasileiro Braz observa que, com a gente restante, fundou-se na margem do rio um arraial – o de Santo Antonio da Manga, que seria mais tarde, em 1831, a Vila Risonha de São Romão, segundo Vasconcelos.

No meio do imbróglio, Minas Gerais cria, em 1719, o julgado de São Romão. Até que, naquele 1736, São Romão se torna palco da primeira ação de levante contra o jugo português, que esmagava a economia regional. Dona Maria da Cruz, Pedro Cardoso, Domingos do Prado e Oliveira, André Gonçalves Filgueira se unem a outros descontentes, num movimento sem êxito, mas abrangente.



Tempo de ontem e de Vereda da Catarina. Fotografia de Giselle Fagundes

Diogo de Vasconcelos relata, que – na Semana Santa, em abril daquele ano – “se reuniu em Morrinhos toda a família Cardoso e aí foi consertado o plano de sedição que consistia na marcha contra Vila Rica, a capital da Capitania, para deposição e expulsão do governador Martinho de Mendonça”.

Os motins do São Francisco ou do Sertão ocorreram antes da Inconfidência, pois. Elas não resultaram da cobrança de tributos pelo ouro extraído porque ali a produção e a exploração eram principalmente de gado bovino, além do comércio de outras mercadorias. Os quintos não eram recebidos como nos centros mineradores. Mas o governador Gomes Freire perseguiu os fundidores irregulares e ordenara a cobrança de dívidas antigas, sob pena de prisão e confisco. Instituiu uma taxa sobre indústria e profissões, que recaía sobre escravos, forros, negros, mulatos e mamelucos, indo a bomba explodir no colo do sucessor, o governador Martinho de Mendonça, menos hábil na condução dos problemas.

Assim, implodiam focos de revolta aqui e ali nas terras à margem do São Francisco, inquietando Vila Rica, que apelou à força para conter os insurrectos.

Muitas aventuras e desventuras. Dona Maria da Cruz, rica e com prestígio, envolvida na rebelião, terminou presa e levada de canoa a Vila Rica, acompanhada pelo filho Pedro Cardoso. Este foi condenado a degredo em Rios de Sena, em Moçambique, mas a pena da mãe não ficou conhecida. Em 1745, soube-se que fora indultada e voltara à sua fazenda, no Capão.



Vereda da Catarina. Fotografia de Giselle Fagundes

São Romão ficou como marco de épocas de insurreição e lutas, em recôndita e extensa região do território brasileiro. Mas procurou sempre ser feliz com sua gente, mantendo tradições centenárias e inesquecíveis.

E persistirá a lenda do principal protagonista, como escreveu Tristão de Athayde: “Dona Maria era menos senhora que mãe de todo aquele povo. Escravos, camaradas, agregados, um milhar de corações ali batiam nas angústias do temor e da incerteza, naquele momento um lago de aflição”.

Há marcas da passagem de heróis e de sinistros aventureiros, mas a cidade respira confiança no futuro, mantendo sua história e suas lendas, as tradições mais queridas de seu povo, preservando os velhos prédios, os costumes, o rio São Francisco, majestoso, ao lado.

As festas religiosas mobilizam a cidade e a vizinhança inteira. As comemorações do Divino Espírito Santo, quarenta dias depois da Semana Santa, revelam o sentimento da população. O Bumba-meu-boi, em janeiro e fevereiro; a cavalhada, o batuque da Ernestina com sua dança de origem africana, as Pastorinhas, a Dança de São Gonçalo, o Congado, os caboclos – reminiscência da ilha dos caiapós -, a Folia de Reis, se fazem presentes com o que há de mais autêntico da região, enaltecendo o esforço de milhões de brasileiros que viveram e vivem anonimamente numa escola de brasilidade. Tudo vale a pena, inclusive



O rio, em Pirapora: Ponte, corredeiras e a praia. Fotografia de Giselle Fagundes

estudar um pouco mais de uma das mais autênticas áreas do norte de Minas. Sempre se aprende. Eis, enfim, a cidade de São Romão, a antiga Vila Risonha de Santo Antonio da Manga de São Romão, que tem muito a contar.

E o rio, da Unidade Nacional, é a poderosa segunda alma da região. A primeira é seu povo, que superou dificuldades e dores de toda espécie ao longo dos séculos. O rio é enfeitado por suas canoas, pelos seus vapores, assim chamados os navios, que vieram do Mississipi para ajudar os americanos do Sul em seu transporte fluvial. Quando um deles para no porto, é uma alegria renovada. Lindo. O lendário Benjamim Guimarães está sendo restaurado em Pirapora e voltará a navegar, em pequenos trechos, nas águas do velho Chico, que se renova a cada geração. É uma promessa valiosa.

Recomenda-se à leitura: “De Vila Risonha a São Romão – História, tradições e Lendas”, de Maria da Glória Caxito Mameluque e Frei Pedro Caxito; “Memorial Januária: Terra, Rios e Gente”, de Antônio Emílio Pereira; “São Francisco nos Caminhos da História”, de Brasiliano Braz; “Momentos”, de Luiz de Paula Ferreira.

**Jornalista, membro da Academia Mineira de Letras*

RESTAURAÇÕES SINGULARES NO BRASIL

e outras experiências acerca do patrimônio nacional



Projeto do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Integração Cultural | INDIC, viabilizado por meio da Lei Federal de Incentivo a Cultura.

São dois volumes que versam sobre restaurações de importantes monumentos nacionais, mostrando em imagens e detalhes técnicos, aliado a aspectos históricos suas trajetórias e recuperações pelo país, resumindo algumas delas e detalhando a do Convento dos Mercedários e sua anexa Igreja das Mercês de Belém do Pará, no volume I e o Teatro Amazonas no volume II.

Contém, ainda, o primeiro volume, cópia de instigante processo judicial do século XIX, cujo resultado deu à Fazenda Nacional, por vários anos, a posse da Igreja. Discussão jurídica, na época da recém instalada república, recheada por conceitos que deram, posteriormente, origem ao Código Civil Brasileiro.

Para adquirir seu exemplar a preço promocional entre em contato: indic.br@gmail.com

Patrocínio | volume I



Patrocínio | volume II



Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



memoriacult.com.br

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações constantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com